

A enfermagem brasileira e a produção científica acerca da violência obstétrica na perinatalidade

Brazilian nursing and scientific production about obstetric violence

Enfermería brasileña y producción científica sobre violencia obstétrica en la perinatalidad

Recebido: 10/03/2022 | Revisado: 17/03/2022 | Aceito: 24/03/2022 | Publicado: 30/03/2022

Gyselma Vanessa Duarte Nunes dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0744-5005>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: gsantos@unigranrio.br

Michele de Lima Janotti Quaresma

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2440-9647>

Maternidade Leila Diniz, Brasil

E-mail: michelleljqrj@hotmail.com

Carla Luzia França Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9885-472X>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: araujo.ufrij@gmail.com

Resumo

Introdução: A grande incidência de eventos danosos à saúde da mulher, ocorridos durante o processo de parto fomenta a necessidade de discutir a violência obstétrica e identificar a produção científica da Enfermagem brasileira acerca da temática. **Objetivos:** quantificar as produções científicas da Enfermagem que discutem a violência obstétrica na perinatalidade – gestação, parto e puerpério. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa do tipo revisão bibliométrica, de artigos publicados entre 2016 e 2021, selecionados a partir dos descritores e critérios de inclusão/exclusão. **Resultado:** Foram identificados 39 estudos aptos. A Revista Nursing desponta como relevante na temática da Violência Obstétrica, sendo o veículo de 6 dos 39 estudos encontrados. Constatou-se 12 autores como principais contribuintes da produção voltada à violência obstétrica. Dentre os termos mais frequentes temos: violência obstétrica, intervenções obstétricas, violência institucional, violência de gênero, violência contra a mulher e práticas prejudiciais. **Conclusão:** Espera-se que os resultados apresentados pelo corrente estudo estimulem a Enfermagem Obstétrica a voltar seu olhar para a pesquisa, como ferramenta de conquista dos direitos das mulheres, fomentando uma assistência de qualidade.

Palavras-chave: Enfermagem; Violência obstétrica; Trabalho de parto; Parto.

Abstract

Introduction: The high incidence of harmful events to women's health, which occur during the birth process, encourages the need to discuss obstetric violence and identify the scientific production of Brazilian Nursing on the subject. **Objectives:** to quantify the scientific productions of Nursing that discuss obstetric violence in perinatal care - pregnancy, childbirth and puerperium. **Methodology:** Descriptive research, with a quantitative approach of the bibliometric review type, of articles published between 2016 and 2021, selected from the descriptors and inclusion/exclusion criteria. **Results:** 39 suitable studies were identified. The Nursing Journal emerges as relevant in the subject of Obstetric Violence, being the vehicle of 6 of the 39 studies found. Twelve authors were found to be the main contributors to the production focused on obstetric violence. Among the most frequent terms we have: obstetric violence, obstetric interventions, institutional violence, gender violence, violence against women and harmful practices. **Conclusion:** It is expected that the results presented by the current study will encourage Obstetric Nursing to turn its gaze to research, as a tool for conquering women's rights, promoting quality care.

Keywords: Nursing; Obstetric violence; Labor; Delivery.

Resumen

Introducción: La alta incidencia de eventos nocivos para la salud de la mujer que ocurren durante el proceso del parto incentiva la necesidad de discutir la violencia obstétrica e identificar la producción científica de la Enfermería brasileña sobre el tema. **Objetivos:** cuantificar las producciones científicas de Enfermería que abordan la violencia obstétrica en la atención perinatal - embarazo, parto y puerperio. **Metodología:** Investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo del tipo revisión bibliométrica, de artículos publicados entre 2016 y 2021, seleccionados a partir de los descriptores y criterios de inclusión/exclusión. **Resultado:** se identificaron 39 estudios adecuados. La Revista Nursing surge como relevante en el tema de la Violencia Obstétrica, siendo el vehículo de 6 de los 39 estudios encontrados.

Doce autores resultaron ser los principales contribuyentes de la producción centrada en la violencia obstétrica. Entre los términos más frecuentes tenemos: violencia obstétrica, intervenciones obstétricas, violencia institucional, violencia de género, violencia contra la mujer y prácticas nocivas. Conclusión: Se espera que los resultados presentados por el presente estudio alienten a la Enfermería Obstétrica a volver su mirada hacia la investigación, como herramienta para la conquista de los derechos de la mujer, promoviendo un cuidado de calidad.

Palabras clave: Enfermería; Violencia obstétrica; Trabajo de parto; Parto.

1. Introdução

Até meados do século XX no Brasil, a assistência ao trabalho de parto e nascimento ocorria de forma fisiológica, livre de procedimentos invasivos e uso de medicações. O parto era assistido em ambientes femininos, liderados por mulheres que acumulavam saberes empíricos, transmitidos através dos tempos sem distante dos conhecimentos científicos e acadêmicos. O parto ocorria no ambiente domiciliar, em um cenário composto unicamente por pessoas de escolha da mulher, trazendo maior conforto e segurança a este processo natural (Melo, et al., 2018).

Com o advento da transição da assistência ao parto dos ambientes domiciliares para espaços hospitalares, principalmente a partir do ano de 1940, o evento que outrora ocorria sob o seu caráter fisiológico e familiar, passa a receber cuidados medicalizados, pautados em procedimentos invasivos. A mulher passa de sujeito para o objeto dos procedimentos médicos e seguindo as rotinas estabelecidas pelas instituições, em um movimento denominado como medicalização do parto e nascimento. A partir de então, foi necessária uma adequação em um cenário estranho a ela, em companhia de profissionais geralmente desconhecidos, negligenciando o cuidado integral, focando apenas em procedimentos técnicos (Pasche, et al., 2010).

Mesmo após inúmeros avanços nos conhecimentos científicos e aprimoramento das técnicas de cuidados em obstetrícia, o modelo predominante na atenção obstétrica ainda é o tecnocrático, seja em instituições públicas, privadas, filantrópicas e vinculadas às universidades. Este modelo é centrado no profissional médico, atuante em instituições de saúde hospitalar, motivo pelo qual é também chamado de parto normal hospitalar. O excesso de intervenções marca a assistência, e dá espaço à ocorrência de situações de violência obstétrica (Rabelo & Oliveira, 2010).

O conceito internacional de violência obstétrica (VO) engloba todo e qualquer ato ou prática direcionada à mulher durante o ciclo gravídico, praticada sem o consentimento explícito da mulher ou que cause danos à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos e preferências (Venturi, et al., 2010).

Atos desrespeitosos praticados pelos profissionais de saúde contra as mulheres na gestação e no parto foi objeto de estudo pelo Teste da Violência Obstétrica, respondido por quase duas mil mulheres nos meses de março e abril de 2012, onde mais de 1000 declararam-se insatisfeitas com o atendimento recebido durante seu trabalho de parto e parto (Audiência PÚBLICA, 2013). Outro estudo evidencia a ocorrência de violência obstétrica (VO) em cerca de 18,3% a 44,3% dos nascimentos, segundo estudos de base populacional realizados no Brasil (Leal, et al., 2012).

No tocante às práticas consideradas violentas, um estudo apontou que dentre as parturientes ouvidas 36,4% receberam ocitocina para indução ou aceleração do processo e 39,1% sofreram amniotomia. Durante o parto vaginal, 36,1% relataram manobra de Kristeller e 53,5% sofreram episiotomia (Leal, et al., 2018).

Em relação à prevenção da violência obstétrica, o Brasil desponta como autor de políticas e programas no intuito de garantir melhores desfechos maternos e neonatais, bem como experiências mais positivas relacionadas ao parto e nascimento para a mulher, seu bebê e família, como o Programa Nacional de Humanização do Parto e Nascimento (2000); Lei do Acompanhante (2005), Rede Cegonha – Rede de Atenção Materno Infantil (2011) e Diretriz Nacional de Atenção à Gestante (2015/2016) (Silva et al., 2012).

Em contrapartida a estes avanços, o Ministério da Saúde, em março de 2019, publicou o Ofício nº 017/2019, julgando o termo violência obstétrica como inadequado e banindo a sua utilização em documentos legais e em políticas públicas. Após a

publicação do ofício, iniciou-se uma polêmica da negação do termo ser equivalente a negar a existência do problema. Então, o Ministério da Saúde lançou uma nova nota ressaltando o “direito legítimo das mulheres em usar o termo que melhor represente suas experiências vivenciadas em situações de atenção à saúde que configuram maus tratos, desrespeitos, abusos e uso de práticas não baseadas em evidências científicas” (Brasil, 2019).

Existem algumas barreiras dificultando o combate à violência obstétrica, como por exemplo, a falta de consenso de quais práticas são consideradas VO, falta de definição de um termo a ser utilizado, dificuldade por parte das mulheres em identificar os atos violentos devido à falta de orientação, escassez de evidências acerca dos impactos para a saúde materno-infantil e, por fim, falta de legislação capaz de coibir esses atos (Savage & Castro, 2017).

É de suma importância garantir à parturiente uma assistência livre de danos e maus-tratos, ofertar informações, pactuar procedimentos solicitando o seu consentimento após a troca de informações de forma descomplicada e oferecer a possibilidade de recusa para realizar quaisquer procedimentos invasivos. Além destes, a assistência deve ser pautada no respeito à autonomia da mulher, suas preferências e sentimentos, garantindo a inserção do acompanhante de sua escolha durante todo o período de internação, bem como promover seus direitos à privacidade e sigilo (Dailys et al., 2012).

O processo de parto, outrora fisiológico e familiar, hoje é marcado como um evento cercado de medo e angústia para a mulher, em que a partir de sua entrada no ambiente hospitalar vivencia a perda de sua autonomia e direitos sobre seu corpo, tendo seu cuidado definido unicamente pelos profissionais de saúde. Dentre os profissionais que desenvolvem maior vínculo com a mulher, o enfermeiro possui o papel de destaque devido ao tempo dedicado à assistência à parturiente. Deste modo, tendo grande responsabilidade na provisão de um cuidado humanizado e integral à mulher e sua família (Carvalho, et al., 2010).

As enfermeiras, historicamente, possuem seu conhecimento disciplinado para a identificação das necessidades daqueles que recebem o cuidado, têm a oportunidade de evidenciar suas ações no ser humano, receptor de cuidados, prezam pelo relacionamento entre o paciente e o profissional, a partir de atitudes empáticas, comunicação, conhecimento científico, respeito à fisiologia do ser humano. Na elaboração do seu processo de trabalho, a enfermeira obstétrica considera a gestante como um todo, respeitando a sua individualidade, subjetividade e complexidade. A proximidade com o ser humano permite a formação de um ciclo de confiança com a parturiente e sua família (Quaresma, 2019).

A atuação da enfermagem obstétrica se mostra diferencial na adoção de estratégias para o movimento de defesa da individualidade e empoderamento feminino, capaz de adequar aspectos culturais, crenças, valores e práticas nas diferentes realidades sociais. Em sua prática assistencial, busca redirecionar o parto normal como evento fisiológico, natural e que possui grandes significados para a mulher e sua família (Velho, et al., 2010).

O objeto do presente estudo são as produções científicas da Enfermagem voltadas à violência obstétrica. A realização deste estudo justifica-se pela grande incidência de eventos danosos à saúde da mulher, ocorridos durante o processo de parto, evidenciando-se a necessidade de discutir a violência obstétrica e identificar a produção científica da Enfermagem brasileira acerca da temática. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é quantificar as produções científicas da Enfermagem que discutem a violência obstétrica na perinatalidade – gestação, parto e puerpério.

Nesse contexto, o estudo tem como questão norteadora: Quais as características da produção científica da enfermagem brasileira no que se refere ao tema da Violência Obstétrica?

2. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter exploratório, quantitativo, do tipo revisão bibliométrica. Este método dispõe de tabelas e gráficos como meios de demonstrar resultados. (Damar, et al., 2018).

A primeira etapa da pesquisa deu-se com a escolha da temática, seguida da definição do objeto de estudo, que é a

produção científica da Enfermagem que discute a violência obstétrica na perinatalidade – gestação, parto e puerpério.

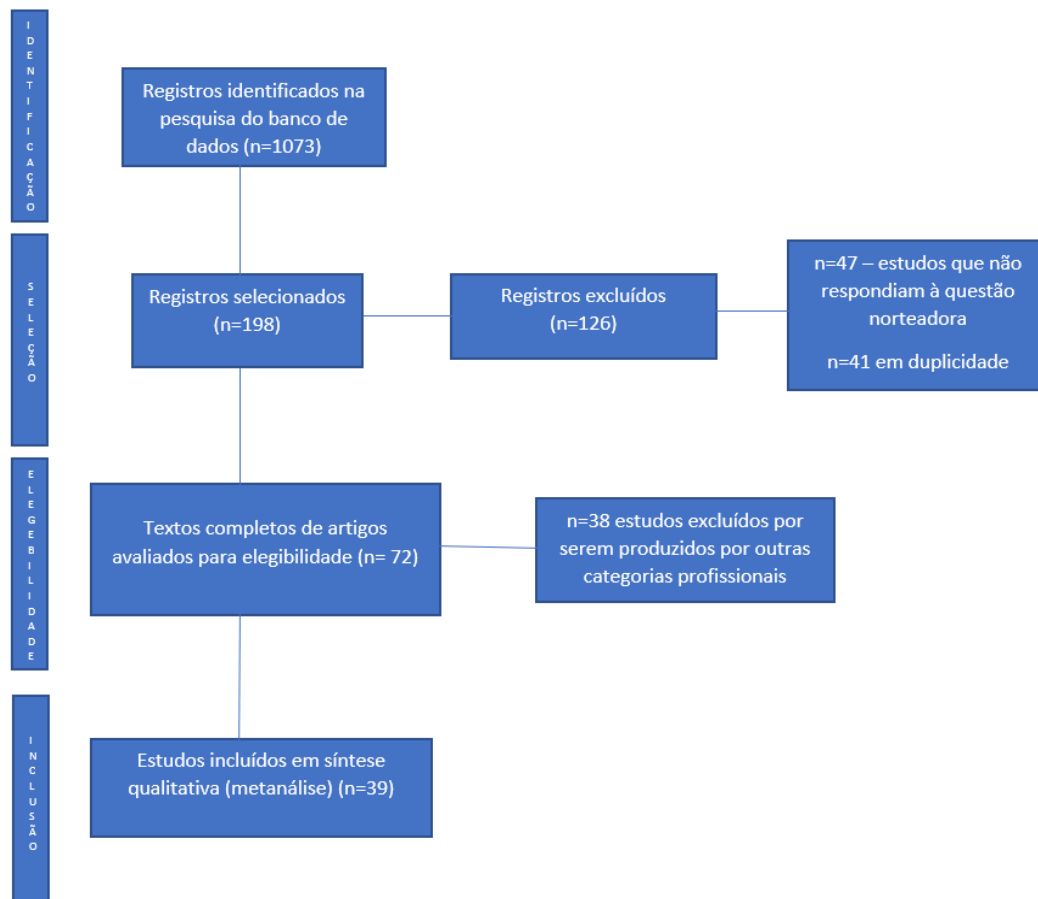
Em seguida, houve a delimitação da pergunta da seguinte pergunta de pesquisa: Quais as características da produção científica da enfermagem brasileira no que se refere ao tema da Violência Obstétrica?

Tendo sido definido e delimitado o tema e questão norteadora, iniciou-se o processo de busca na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), devido à sua visibilidade à produção científica e técnica em Ciências da Saúde publicada no Brasil e sobre o Brasil. Deste modo, oferecendo acesso integrado às fontes de informação produzidas pela Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde/Rede BVS Brasil e fontes de informação regionais e internacionais disponíveis na BVS Regional (MEDLINE, LILACS, Biblioteca Cochrane, LIS, DirEve, Leyes e SeCS).

Após a escolha da base, houve a seleção dos descritores, a partir dos padrões estabelecidos pela DESC, tendo como descritores os seguintes termos: enfermagem, violência obstétrica, trabalho de parto, parto. A estratégia de busca utilizada partiu da articulação com os operadores booleanos (AND, OR, AND NOT). A busca por artigos foi realizada no período de janeiro e fevereiro de 2022, através de processo sistemática, sobre título, resumo e palavras-chave de todos os artigos publicados entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2021.

A segunda etapa do processo se deu com a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Em seguida foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: estudos que que tratem da temática em qualquer cenário de atuação e faixa etária nas mais diferentes modalidades de violência obstétrica, publicados no corte temporal de 2016 a 2021, em português ou inglês, produzidos por enfermeiros, e que tivessem como país de afiliação o Brasil. Foram excluídos os artigos em duplicidade, e que não respondiam à questão norteadora. O processo de análise dos dados pode ser observado no fluxograma abaixo – Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de desenvolvimento da busca.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como ferramenta de tratamento dos dados, foi utilizado o EndNote® e o Microsoft Excel para a confecção de planilhas, gráficos, tabelas e cálculos de quantitativo. O quadro de busca foi composto por colunas que extratificavam ano do estudo, título, autores, periódico, palavras-chave, estado de publicação, região brasileira de publicação.

Com a leitura dos artigos selecionados da amostra, houve a identificação das palavras-chave de cada artigo, sendo dispostas em planilha do Excel. Após a identificação, a planilha foi exportada para o recurso eletrônico Wordclouds®, uma ferramenta capaz de identificar a ocorrência das palavras-chave e posteriormente apresentar uma representação gráfica de acordo com a ocorrência de cada palavra. identificar uma série de palavras comuns representadas graficamente.

3. Resultados e Discussão

A revisão bibliométrica faz uso de métodos estatísticos e matemáticos para realizar as análises acerca do comportamento das produções científicas e sua evolução cronológica no espaço e tempo de determinado tema. É definida ainda como técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (Araújo, 2006).

Com a busca sistematizada apresentada no fluxograma de busca (figura 1) inicialmente tivemos um resultado de 1073 resultados. Após aplicação dos critérios de inclusão, os resultados foram de 198 resultados, onde 126 dos resultados foram excluídos por não responderem à questão norteadora ou estarem em duplicidade.

Foram analisados 72 artigos completos, em que 38 deles foram excluídos por terem sido produzidos por outra classe profissional, que não a Enfermagem, sobrando um total de 39 estudos válidos para a amostra. Para análise dos resultados, nos embasaremos nas principais leis da bibliometria: as Leis de Bradford, Lotka e de Zipt.

A Lei de Bradford é capaz de estimar o grau de relevância dos periódicos em dada área do conhecimento, onde periódicos que produzem o maior número de artigos sobre dado assunto formam um núcleo de periódicos, supostamente de maior qualidade ou relevância para determinada área do conhecimento (Araújo, 2006). A Revista Nursing aparece como a mais relevante na temática da Violência Obstétrica, sendo o veículo de 6 dos 39 estudos encontrados. As revistas Enfermagem Foco e Revista de Enfermagem da UERJ também aparecem como importantes veículos de discussão do tema, com 4 publicações cada.

Os resultados por periódico podem ser observados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Produção por periódicos – 2016 a 2021.

Periódico	Qtde de publ.	Qualis	%
Revista Nursing	6	B2	15,38%
Enfermagem Foco	4	B2	10,26%
Revista Enfermagem UERJ	4	B1	10,26%
Texto & Contexto - Enfermagem	3	A2	7,69%
Acta Paulista de Enfermagem	2	A2	5,13%
Cogitare Enfermagem	2	B1	5,13%
Escola Anna Nery	2	B1	5,13%
Interface	2	B1	5,13%
ABCS Health Science	1	B3	2,56%
Avances en Enfermería	1	A2	2,56%
Ciência & Saúde Coletiva	1	B1	2,56%
CuidArte Enfermagem	1	B2	2,56%
Cultura de los Cuidados	1	B2	2,56%
Journal of Nursing and health	1	B4	2,56%
Revista Brasileira de Enfermagem	1	A2	2,56%
Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil	1	B1	2,56%
Rev. Latino-Americana de Enfermagem	1	A1	2,56%
Revista Baiana de Enfermagem	1	B3	2,56%
Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro	1	B2	2,56%
Revista Dor	1	B2	2,56%
Revista Enfermería Actual	1	B2	2,56%
Revista Gaúcha de Enfermagem	1	B1	2,56%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A Lei de Lotka, formulada em 1926, versa que uma grande porção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores (ARAÚJO, 2006). Constatou-se 12 autores como principais contribuintes da produção voltada à violência obstétrica, sendo 3 responsáveis por 3 estudos cada. Os resultados por autor podem ser visualizados na Figura 2, que traz o comparativo de número de publicações por autor.

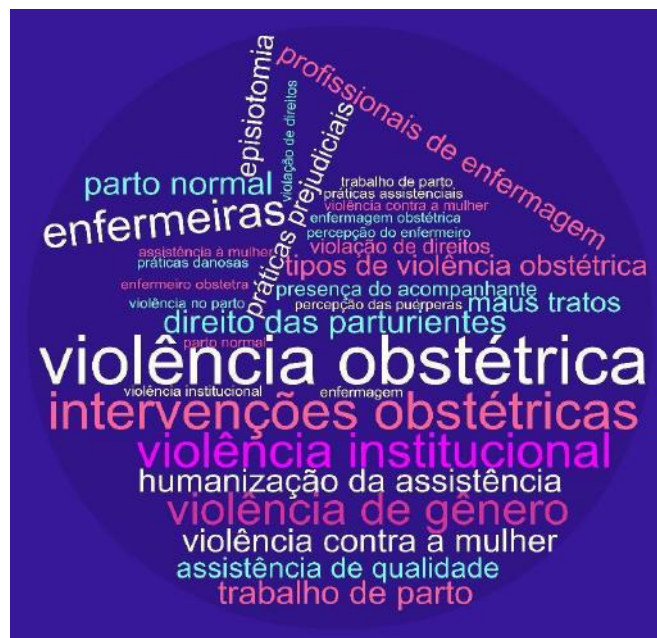
Figura 2 – Autores mais relevantes – 2016 a 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A Lei de Zipf descreve a relação entre palavras num determinado texto suficientemente grande e a ordem de série destas palavras (contagem de palavras em largas amostragens, verificando quais são mais relevantes ao estudo da temática. Após a verificação manual das palavras-chave, a ferramenta WordCloud@ gerou a Figura 3, representando a ocorrência das palavras (Araújo, 2006).

Figura 3 – Nuvem de palavras.

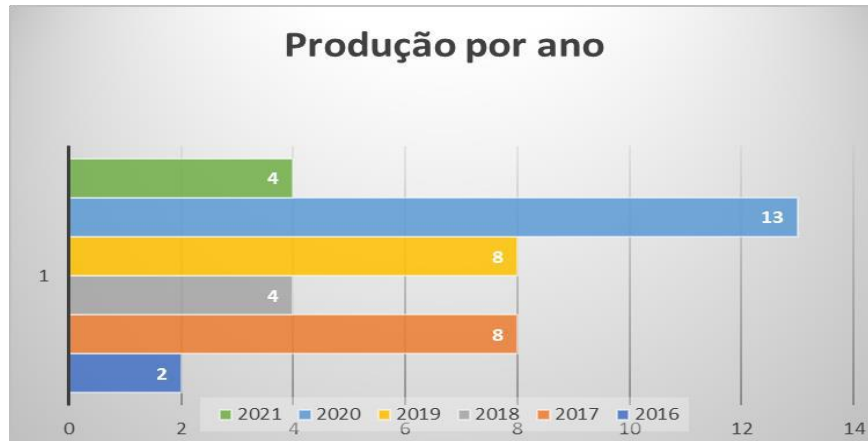


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Dentre os termos mais frequentes temos: violência obstétrica, intervenções obstétricas, violência institucional, violência de gênero, violência contra a mulher e práticas prejudiciais. Também aparecem com frequência os termos: direito das parturientes, maus tratos, violência no parto e violação de direitos.

Em relação ao tratamento da temática pelos autores no espaço temporal, pode-se concluir que o ano de 2020 foi o ano em que mais houve produções da Enfermagem voltadas à violência obstétrica, com um total de 13 das 39 publicações analisadas. Os anos de 2019 e 2017 contam com 8 publicações cada. O número de publicações por ano, pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 – Produção científica da Enfermagem acerca da Violência Obstétrica – 2016 a 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os estudos evidenciaram que a região Sudeste concentra a maior parte das publicações acerca da temática, com um total de 41% dos estudos, seguida pela região Nordeste que detém 36% das publicações. A região Sul conta com 15% dos estudos. A região Norte conta com apenas 3% e o Centro Oeste juntamente com o Distrito Federal possuem 2% cada.

No tocante aos estados que mais produzem estudos acerca da temática, o Rio de Janeiro aparece como detentor de 26% das publicações, seguido pelo Ceará com 16%. Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina possuem 6% das publicações cada. Os demais estados obtiveram um total de 3% das publicações cada, apenas.

Foram evidenciados nos estudos uma gama de procedimentos danosos à realização de uma assistência livre de danos. Práticas estas proscritas e sem nenhuma evidência científica. Dentre estas práticas, podemos citar a prescrição de jejum, tricotomia, privação de liberdade de posição e uso rotineiro de ocitocina intravenosa (Barbosa, et al., 2017).

Uma outra prática prejudicial evidenciada foi a episiotomia. Tal procedimento muitas das vezes ocorre sem que a parturiente seja consultada ou informada, sendo realizada rotineiramente pelos profissionais no intuito de abreviar o tempo de trabalho de parto. A ocorrência desta prática evidencia o despreparo de profissionais que deveriam ser os responsáveis pelo cuidado da mulher (Carniel, et al., 2019).

Tais práticas afetam diretamente o conforto da parturiente, ferem o direito à autonomia sobre seu corpo e seu processo de parto, além de gerarem experiências traumáticas à mulher. Corroborando com o achado dos estudos de Barbosa et al (2017) e Carniel et al (2019), Rodrigues et al (2017) evidenciou que o uso frequente de intervenções desnecessárias ao processo de parturição pode trazer danos ao binômio. Práticas como o uso rotineiro de ocitocina, posição litotômica podem influenciar de forma negativa o desfecho do processo de nascimento.

No tocante às vivências das puérperas acerca do processo de nascimento, notou-se que grande parte dos procedimentos e intervenções desnecessárias não são percebidos com clareza, devido à sutileza com que ocorrem. O estudo de Pascoal et al (2020) evidenciou que a maioria das puérperas ouvidas relataram não ter sofrido nenhum tipo de VO, porém ao serem questionadas acerca da realização de práticas sabidamente danosas, a resposta foi positiva. O que demonstra o desconhecimento acerca da temática por parte das puérperas.

Os maus tratos verbais e psicológicos aparecem em grande parte dos discursos de mulheres que participaram dos estudos, sendo intimamente relacionados à sensação de satisfação com o atendimento recebido. A solidão da parturiente e a desvalorização de suas queixas relacionadas à dor também podem ser consideradas como violência obstétrica (CAMPOS, et al., 2020).

4. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo quantificar as produções científicas da Enfermagem brasileira sobre violência obstétrica no período de 2016 a 2021, por meio de revisão bibliométrica. Destaca-se que as evidências obtidas estão limitadas quanto à base de dados científica escolhida, à palavra-chave principal de pesquisa, e às filtras de busca relacionadas ao período de publicação, tipo de documento e país de afiliação que foram delineadas de forma específica anteriormente na metodologia, de forma a refinar a busca somente às produções que tivessem como autores os enfermeiros.

Uma limitação importante do corrente estudo é a busca focada em uma base de dados apenas. Outra limitação é a falta de definição de um termo que caracterize essa violência, sendo possível encontrar estudos que tratam da temática, porém definidos por termos alheios, como: maus tratos, violência institucional e violência contra a mulher.

O cenário brasileiro não é favorável à assistência ao processo de nascer, apesar dos esforços do Ministério da Saúde e suas políticas em inserir um modelo de assistência humanizado. O atual modelo de (des)assistência obstétrica brasileira é beneficiado pela falta de legislação punitiva para a prática de violência obstétrica, ao contrário de países como a Venezuela e a Argentina. O termo sequer é reconhecido como válido diante do meio judicial.

Espera-se que os resultados apresentados pelo corrente estudo estimulem a Enfermagem Obstétrica a voltar seu olhar para a pesquisa, como ferramenta de conquista dos direitos das mulheres, que são seu público-alvo, fomentando uma assistência de qualidade, isenta de danos ao binômio e que fortaleça seu poder de autonomia sobre seu próprio corpo e parto.

Observamos a necessidade de construção de trabalhos futuros que analisem de forma qualitativa a ocorrência da violência obstétrica, além do desenvolvimento de estratégias que viabilizem a prevenção da ocorrência destes eventos, contribuindo para a melhoria da assistência prestada à mulher, cenário onde o enfermeiro está inserido e é capaz de desenvolver tais melhorias.

Referências

- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32, <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46788>.
- Audiência Pública. (2012). Na hora de fazer não gritou. *Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*. <http://www.apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazernao-gritou/>.
- Barbosa, L. C., Fabro, M. R. C. & Machado, G. P. R. (2017). Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas. *Avances en Enfermería*, 35(2), 190-207. <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v35n2.59637>.
- BRASIL. (2019). Ministério da Saúde. *Ofício nº 017/19 – JUR/SEC*. https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=9087621&codigo_crc=1A6F34C4&hash_download=c4c55cd95ede706d0b729845a5d6481d07e735f33d87d40984dd1b39a32d870fe89dcf1014bc76a32d2a28d8f0a2c5ab928ff165c67d8219e35beb1a0adb3258&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0.
- Campos, V. S., Morais, A. C., Souza, Z. C. S. do N., & Araújo, P. O. (2020). Práticas convencionais do parto e violência obstétrica sob a perspectiva de puérperas. *Revista Baiana De Enfermagem*, v 34. <https://doi.org/10.18471/rbe.v34.35453>.
- Carniel, F., Vital, D. S. & Souza, T. D. P. (2019). Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica. *J. nurs. health*. 9(2):e199204. 10.15210/jonah.v9i2.14425
- Carvalho, V. F., Kerber, N. P. C. & Busanello, J. et al. Práticas prejudiciais ao parto: relato dos trabalhadores de saúde do Sul do Brasil. *Rev. Rene* [en línea]. 2010, 11, 92-98. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027973010>.
- Dailys, G. J., Zoe, D. B. & Álamo, A. El nacimiento en Cuba: análisis de la experiencia del parto medicalizado desde una perspectiva antropológica. *Ciencia & Saúde Coletiva* 17(7), 1893-1902. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700029>.

- Damar, H. T., Bilik, O. & Ozdagoglu, G. et al. (2018). Scientometric overview of nursing research on pain management. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 26:e3051. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2581.3051>
- Leal, M. Do C., Szwarcwald, C. L. & Almeida, P. V. B. et al. (2018). Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Cien Saude Colet [Internet]*. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.03942018>.
- Leal, M. Do C., Augusto, A. & Augusto, M. et al. (2012). Birth in Brazil: National Survey into Labor and Birth. *Reprod Health [Internet]*. 2012;9:1–8. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6385>.
- Melo, A. A. P., Silva, A. M., Peixoto, M. R. et al. (2018). Atuação do enfermeiro no parto humanizado. *Revista Científica Eletrônica de Enfermagem da FAEF*. Ano I – Volume I – Número 1 – Junho/2018. http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ClaOegJjw8lyxQ_2018-7-26-10-46-43.pdf.
- Pasche, D. F., Vilela, M. E. A. & Martins, C. P. (2010). Humanização da atenção ao parto e nascimento no Brasil: pressuposto para uma nova ética na gestão e no cuidado. *Revista Tempus Actas Saúde Coletiva*, 4(4), 105-117. <https://doi.org/10.18569/tempus.v4i4.838>.
- Pascoal, K. C. F., Filgueiras, T. F. & Carvalho, M. A. (2020). Violência obstétrica na percepção de puérperas. *Rev. Nursing (São Paulo)* ; 23(265): 4221-4226, jun.2020. <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i265p4221-4232>.
- Quaresma, M. L. J. (2018). *A participação do acompanhante no parto por enfermeira obstétrica: uma proposta de atuação para o cliente (in)direto*. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018. <http://www.unirio.br/ppgsteh/producao-1/relatorio-de-pesquisa-trabalho-de-conclusao/turma-2015-1/michele-de-lima-janotti-quaresma/a-participacao-do-acompanhante-no-parto-por-enfermeira-obstetrica-uma-proposta-de-atencao-para-o-cliente-in-direto/view>.
- Rabelo, L. R., Oliveira, D. L. (2010). Percepções de enfermeiras obstétricas sobre sua competência na atenção ao parto normal hospitalar. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 213-220, mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000100030>.
- Rodrigues, F. A. C., Lira, S. V. G. & Magalhães, P. H. et al. (2017). Violência obstétrica no processo de parturição em maternidades vinculadas à Rede Cegonha. *Reprod. clim*; 32(2): 78-84. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2016.12.001>.
- Savage, V., Castro, A. (2017). Measuring mistreatment of women during childbirth: a review of terminology and methodological approaches. *Reprod Health* 14, 138. <https://doi.org/10.1186/s12978-017-0403-5>.
- Silva, L. M., Barbieri & M., Fustinoni, S. M. (2011). Vivenciando a experiência da parturição em um modelo assistencial humanizado. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 64(1):60-5. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000100009>.
- Velho, M. B., Oliveira, M. E. & Santos, E. K. A. (2010). Reflexões sobre a assistência de enfermagem prestada à parturiente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 6(4), 652-659, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672010000400023&lng=en&nrm=iso.
- Venturi, W., Bokany, V. & Dias, G. et al. (2010) *Pesquisa Pública - Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado*. Fundação Perseu Abramo e SESC [Internet]. http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra_0.pdf.